BRENNAND ENERGIA S.A. E CONSOLIDADO CNPJ Nº 10.532.985/0001-50 – Relatório da Administração – Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral este relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. A Companhia é uma holding pura, auferindo seus resultados por meio de participações indiretas em sociedades atuantes no segmento da geração e da comercialização de energia elétrica. Algumas dessas sociedades investidas são operacionais; outras, ainda não. No contexto geral do setor elétrico brasileiro, devem ser destacados os efeitos mercadológicos do forte crescimento da geração de energia elétrica de fontes renováveis no país, especialmente solar e eólica, em particular nessa última fonte de energia, que tem associado expressivos subsídios governamentais de encargos e impostos, com uma forte redução de preços de placas fotovoltaicas. Isso vem provocando uma sobre oferta de energia no mercado, baixando os preços a patamares que deixam de remunerar adequadamente os ativos em operação e inviabilizam os novos empreendimentos. Ainda assim, fruto de uma estratégia que se mostrou acertada ao longo dos tempos, a Companhia auferiu lucro líquido no exercício de 2025 e deu continuidade aos seus investimentos no setor, conforme fica evidenciado nas demonstrações financeiras que ora são apresentadas. Recife – PE. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	38	714	312.593	271.074
Contas a receber	5	-	-	93.583	55.543
Estoques		-	-	13	66
Tributos a recuperar		-	-	4.695	3.577
Dividendos a receber	6 e 7	53.862	102.669	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	47	18
Despesas antecipadas		404	506	6.115	6.194
Outros créditos		87	87	1.705	458
Outras contas a receber		22	25	124	13.032
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		54.413	104.001	418.875	349.962
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	-	-	24.367	134.485
Contas a receber		-	-	48.526	-
Tributos a recuperar		1.162	610	4.239	3.516
Depósitos judiciais		-	1	6.750	6.852
Partes relacionadas	7	-	-	527	495
Outras contas a receber		-	1.423	703	2.752
Despesas antecipadas		-	-	2.483	-
Adiantamentos para futuros aumentos e capital	7	8.714	10.901	5	5
Investimentos	9	1.445.948	1.462.844	2.309	141.498
Imobilizado	10	1.308	1.471	1.413.866	1.478.179
Intangível	11	1.439	1.439	258.628	244.839
Direito de uso	8	-	-	24.424	25.439
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.458.571	1.478.689	1.786.827	2.038.060
TOTAL DO ATIVO		1.512.984	1.582.690	2.205.702	2.388.022
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		216	527	22.201	22.937
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	47.366	65.235
Debêntures	13	-	39.698	-	39.698
Passivo de arrendamento	14	-	-	426	394
Salários e encargos sociais a pagar		9.405	10.459	16.180	14.669
Tributos a recolher		19	14	38.956	17.970
Partes relacionadas	7	-	-	3.127	-
Dividendos propostos e a pagar	7 e 16	18.051	102.793	27.671	112.642
Outras contas a pagar	15	8	5	110.137	105.523
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		27.699	153.496	266.064	379.068
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores		-	-	51.486	61.728
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	331.259	432.460
Passivo de arrendamento	14	-	-	27.846	28.272
Partes relacionadas	7	55.468	40.804	27.877	31.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	23.445	96.228	23.445	96.228
Provisão para desmobilização		-	-	27.810	24.654
Outras contas a pagar	15	-	-	20.207	19.581
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		78.913	137.032	509.930	693.928
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
Capital social		575.279	575.279	575.279	575.279
Reservas de lucros		239.938	173.242	239.938	173.242
Reserva de retenção orçamentária		591.155	543.641	591.155	543.641
Prejuízos acumulados		-	-	(176)	(213)
		1.406.372	1.292.162	1.406.196	1.291.949
Participação de não controladores		-	-	23.512	23.077
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.406.372	1.292.162	1.429.708	1.315.026
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.512.984	1.582.690	2.205.702	2.388.022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	-	-	693.385	555.604
Custo com a venda de energia e projetos	18	-	-	(237.762)	(233.039)
Lucro bruto		-	-	455.623	322.565
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(34.696)	(34.880)	(77.565)	(56.779)
Resultado de equivalência patrimonial	9	349.020	244.593	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	18	(45)	(11)	(2.228)	4.384
Total das receitas (despesas) operacionais		314.279	209.702	(79.793)	(52.395)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		314.279	209.702	375.830	270.170
Receitas financeiras	19	2.669	311	51.232	35.513
Despesas financeiras	19	(4.918)	(9.044)	(54.449)	(63.654)
Resultado financeiro		(2.249)	(8.733)	(3.217)	(28.141)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		312.030	200.969	372.613	242.029
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	20	-	-	(48.700)	(29.784)
Diferido	20	6.389	4.617	6.432	4.660
		6.389	4.617	(42.268)	(25.124)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		318.419	205.586	330.345	216.905
Lucro líquido do período atribuível aos:					
Controladores		318.419	205.586	318.455	205.622
Não controladores				11.888	11.283
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		318.419	205.586	330.343	216.905
LUCRO POR AÇÃO		13.261,93	8.562,52		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	318.419	205.586	330.343	216.905
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Controladores	318.419	205.586	318.455	205.622
Não controladores			11.888	11.283
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	318.419	205.586	330.343	216.905

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas e retenção de lucros: Reserva legal	Reservas e retenção de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas e retenção de lucros: Reserva de retenção orçamentária	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		575.279	70.449	90.067	453.574	-	1.189.369
Constituição de reserva de retenção orçamentária	16	-	-	(90.067)	90.067	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	205.586	205.586
Destinação do lucro:	16						
Reserva legal		-	10.279	-	-	(10.279)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(102.793)	(102.793)
Dividendos adicionais propostos		-	-	92.514	-	(92.514)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		575.279	80.728	92.514	543.641	-	1.292.162
Constituição de reserva de retenção orçamentária	16	-	-	(47.514)	47.514	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	318.419	318.419
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	15.921	-	-	(15.921)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(159.209)	(159.209)
Dividendos adicionais propostos		-	-	98.289	-	(143.289)	(45.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		575.279	96.649	143.289	591.155	-	1.406.372

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas e retenção de lucros: Reserva legal	Reservas e retenção de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas e retenção de lucros: Retenção orçamentária	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Adiantamentos para futuros aumentos de capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		575.279	70.449	90.067	453.574	(249)	1.189.120	24.895	5	1.214.020
Constituição de reserva de retenção orçamentária	16	-	-	(90.067)	90.067	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	205.622	205.622	11.283	-	216.905
Destinação do lucro:	16									
Reserva legal		-	10.279	-	-	(10.279)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(102.793)	(102.793)	(9.849)	-	(112.642)
Dividendos adicionais propostos		-	-	92.514	-	(92.514)	-	(3.252)	(5)	(3.257)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024		575.279	80.728	92.514	543.641	(213)	1.291.949	23.077	-	1.315.026
Constituição de reserva de retenção orçamentária	16	-	-	(47.514)	47.514	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	318.419	318.419	11.924	-	330.343
Destinação do lucro:										
Reserva legal		-	15.921	-	-	(15.921)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(159.172)	(159.172)	(3.043)	-	(162.215)
Dividendos adicionais propostos		-	-	98.289	-	(143.289)	(45.000)	(8.446)	-	(53.446)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		575.279	96.649	143.289	591.155	(176)	1.406.196	23.512	-	1.429.708

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		318.419	205.586	330.343	216.905
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO DO PERÍODO					
Depreciação e amortização		164	161	121.818	109.378
Amortização - direito de uso		-	-	1.015	1.015
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização		-	-	3.156	2.798
Ajuste a valor presente - arrendamentos		-	-	2.531	2.857
Resultado de equivalência patrimonial	9	(349.020)	(244.593)	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras		-	-	(7.494)	(12.569)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		4.306	8.381	45.368	54.402
Valor residual na baixa do imobilizado		45	-	1.363	101
Valor residual na baixa do Intangível		-	-	2.280	-
Perda pela não recuperabilidade do ativo intangível		-	-	153	153
Apropriação de custo de transação das debêntures		611	660	611	660
Imposto sobre operações financeiras		385	220	-	-
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	48.701	29.784
Provisão para contingências fiscais		-	-	-	42
Baixa de provisão para contingências fiscais		-	-	-	(4.301)
Realização de impostos diferidos		(6.389)	(3.042)	(6.439)	(3.436)
		(31.479)	(32.627)	543.406	397.789
(ACRÉSCIMO) DESCRÉSCIMO DE ATIVOS					
Contas a receber		-	-	(86.566)	4.895
Tributos a recuperar		(550)	1.649	(1.760)	2.261
Estoques		-	-	53	153
Adiantamentos a fornecedores		-	32	(30)	565
Outros créditos		3	(3)	11.108	(11.146)
Despesas antecipadas		107	(104)	182	(501)
Partes relacionadas		1.417	(1.418)	-	(2)
Depósitos judiciais		1	10	116	(789)
		978	166	(76.897)	(4.564)
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) DE PASSIVOS					
Fornecedores		(412)	(78)	(15.101)	(13.466)
Salários e encargos sociais a pagar		(1.054)	464	1.510	496
Tributos a recolher		3	(50)	(2.149)	(4.293)
Outras contas a pagar		1	-	5.247	5.429
		(1.462)	336	(10.493)	(11.834)
IRPJ e CSLL pagos		-	-	(25.521)	(24.271)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos		-	-	(30.753)	(38.920)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(31.963)	(32.125)	399.742	318.200
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	(17.838)	(42.927)
Resgates de aplicações financeiras		-	-	135.378	51.767
Aumentos de investimentos		(2.493)	-	-	-
Adiantamentos para futuros aumentos de capital		(8.714)	(10.901)	-	(5)
Adições ao imobilizado		(46)	(149)	(6.330)	(2.043)
Adições ao intangível		-	-	4.040	(10.051)
Recebimentos de dividendos	6	361.725	187.326	-	-
Concessões de mútuo a partes relacionadas		-	7.118	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		350.472	183.394	115.250	(3.259)

JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Assinado de forma digital por JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Dados: 2026.04.17 21:50:30 -03'00'

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 17/04/2025 conforme **MP nº 2.200-2**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

		Controladora		Consolidado	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	12	-	(125.399)	(67.529)	
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos		-	-	(5)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(40.000)	(40.000)	(40.000)	(40.000)
Pagamentos de principal de debêntures		(4.513)	(8.574)	(4.513)	(8.574)
Pagamentos de juros sobre debêntures		-	-	(2.925)	(2.670)
Pagamentos de passivo de arrendamentos		19.993	-	-	-
Captação de mútuos com partes relacionadas		(5.714)	(1.948)	-	-
Pagamentos de mútuos a partes relacionadas	16	(288.951)	(100.073)	(300.631)	(110.474)
Pagamentos de dividendos		(319.185)	(150.595)	(473.473)	(229.247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(676)	674	41.519	85.694
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No final do período		38	714	312.593	271.074
No início do período		714	40	271.074	185.380
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(676)	674	41.519	85.694

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais). 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E CONTROLADAS - 1.1. Objeto social - A Brennand Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE. A Companhia tem como principal objeto social a participação em outras sociedades que têm como atividade econômica a geração e a comercialização de energia elétrica com aproveitamento de recursos de origem hídrica e eólica. 1.2. Autorização para produção de energia, potência instalada e capacidade produtiva. As controladas da Companhia, que estão em operação, possuem as seguintes autorizações para funcionamento como produtor independente de energia elétrica, expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

Companhia	Pequena Central Hidrelétrica / Central Geradora Eólica	Prazo de Autorização (em anos)	Potência (em MW)
Indiavaí Energética S.A.	PCH Indiavaí	36	28
Ombreiras Energética S.A.	PCH Ombreiras	40	26
Ouro Energética S.A.	PCH Ouro	43	16
Planalto Energética S.A.	PCH Planalto Energética	37	17
Alto Jauru Energética S.A.	PCH Antonio Brennand	33	21.96
Unaí Baixo Energética S.A.	PCH Unaí Baixo	33	26
Ibirama Energética S.A.	PCH Ibirama	38	21
Santa Gabriela Energética S.A.	PCH Santa Gabriela	36	24
Cantú Energética S.A.	PCH Cantú 2	43	19.80
Brennand Energia Manopla S.A.	PCH Luiz Dias Lins	30	5.75
Pedra Branca S.A.	EOL Pedra Branca	35	30
Sete Gameleiras S.A.	EOL Sete Gameleiras	35	30
São Pedro do Lago S.A.	EOL São Pedro do Lago	35	30
Morro Branco I Energética S.A.	EOL Morro Branco I	35	32.90
Mussambê Energética S.A.	EOL Mussambê	35	32.90
Baraúnas I Energética S.A.	EOL Baraúnas I	35	32.90
Baraúnas II Energética S.A.	EOL Baraúnas II	35	25.85
Banda de Couro Energética S.A.	EOL Banda de Couro	35	32.90
Baraúnas IV Energética S.A.	EOL Baraúnas IV	35	41.58
Baraúnas XX Energética S.A.	EOL Baraúnas XX	35	31.19
			525.73

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS - As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). O exercício social da Companhia e suas controladas compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 15 de abril de 2026. 2.1. Base de consolidação - As Demonstrações Contábeis consolidadas são compostas pelas Demonstrações Contábeis individuais da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentadas abaixo:

	% de participação	
Companhia investida	31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas:		
Indiavaí Energética S.A.	100,00%	100,00%
Ombreiras Energética S.A.	100,00%	100,00%
Santa Gabriela Energética S.A.	100,00%	100,00%
Planalto Energética S.A.	100,00%	100,00%
Ouro Energética S.A.	100,00%	100,00%
Alto Jauru Energética S.A.	99,72%	99,72%
Brennand Energia Comercializadora S.A.	100,00%	100,00%
Unaí Baixo Energética S.A.	100,00%	100,00%
Brennand Energia Eólica S.A.	100,00%	100,00%
Cantú Energética S.A.	100,00%	100,00%
São Joaquim Holding S.A.	100,00%	100,00%
São João da Barra Energética S.A.	100,00%	100,00%
Ibirama Holding S.A.	100,00%	100,00%
Brennand Energia Manopla S.A.	100,00%	100,00%
Santana Holding S.A.	100,00%	100,00%
São Pedro do Lago S.A.	100,00%	100,00%
Sete Gameleiras S.A.	100,00%	100,00%
Pedra Branca S.A.	100,00%	100,00%
Morro Branco I Energética S.A.	100,00%	100,00%
Mussambê Energética S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas I Energética S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas II Energética S.A.	100,00%	100,00%
Banda de Couro S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas IV Energética S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas XX Energética S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas V Energética S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas XII Energética S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas:		
Santana Energética S.A.	85,00%	85,00%
Nova Santana Energética S.A.	50,00%	50,00%
Ibirama Energética S.A.	60,00%	60,00%
São Joaquim Energética S.A.	85,00%	85,00%

A Santana Energética S.A., Ibirama Energética S.A. e São Joaquim Energética S.A. são companhias controladas da Santana Holding S.A., Ibirama Holding S.A. e São Joaquim Holding S.A., respectivamente, as quais são controladas diretas da Brennand Energia S.A. Adicionalmente, a Nova Santana Energética S.A., é controlada indireta da Brennand Energia, pois ela é controlada em conjunto pela CESBE S/A Engenharia e Empreendimentos e Santana Energética S.A.. As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obteve o controle integral, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As Demonstrações Contábeis das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo. Conciliação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora e consolidado A conciliação do lucro líquido do período e patrimônio líquido, entre controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos apresentados na Controladora	318.419	205.586	1.406.372	1.292.162
Participações de não controladores e adiantamentos	11.888	11.283	23.512	23.077
Eliminação do ativo diferido	36	36	(176)	(213)
Saldos apresentados no consolidado	330.343	216.905	1.429.708	1.315.026

(a) A Administração da Companhia efetuou a eliminação do saldo do ativo diferido, referente às despesas pré-operacionais, nas Demonstrações Contábeis consolidadas. A manutenção do ativo diferido só é permitida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nas Demonstrações Contábeis individuais. 2.2. Investimentos - Os investimentos da Companhia em suas controladas são reconhecidos com base no método da equivalência patrimonial, por meio do qual a participação societária nas controladas é apresentada na Demonstração do Resultado do período como resultado com equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas das controladas. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem a maioria do capital votante e exerce influência significativa. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida nas controladas.

A Companhia determina, a cada término de exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for constatado, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na Demonstração do Resultado do período. 2.3. Reconhecimento de receita - Receita das operações - A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando: (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; (ii) todos os riscos e benefícios inerentes à venda de energia são transferidos para o cliente; (iii) as controladas da Companhia não detêm mais o controle ou a responsabilidade sobre a venda de energia; e (iv) é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor das controladas da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem j uros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é evidenciada como receita financeira, na Demonstração do Resultado do período. 2.4.Tributação - Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço. Na Companhia e nas controladas Brennand Energia Comercializadora S.A. e Brennand Energia Eólica S.A., a tributação sobre o lucro (IRPJ e CSLL) tem por base o 'Lucro Real'. A tributação sobre o lucro nas demais controladas tem por base o 'Lucro Presumido'. Em ambos os casos, os tributos são reconhecidos com base no Princípio da Competência. Imposto sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas. 2.5. Transações em moeda estrangeira - As transações em moeda estrangeira são reconhecidas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados 'em moeda estrangeira' são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do Balanço. As variações cambiais são reconhecidas como receita ou despesa financeira na Demonstração do Resultado do período, quando incorridas. 2.6. Instrumentos financeiros - i) Ativos financeiros - Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio do resultado Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria.Mensurados pelo custo amortizado - A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e partes relacionadas. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - De acordo com a NBC TG 48, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Administração revisou o cálculo de valor recuperável de seus ativos financeiros e não julgou necessário reconhecer qualquer perda estimada por redução ao valor recuperável do contas a receber. ii) Passivos financeiros - Mensurados pelo custo amortizado - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são os empréstimos e financiamentos, debêntures e partes relacionadas. 2.7. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira ou investimento temporário, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento no curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.8. Imobilizado - São apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na Demonstração do Resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 6, definidas por meio de regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as quais levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Administração da Companhia, com base nas autorizações concedidas pela ANEEL e conforme previsto na Lei nº 13.360/2016, no Decreto nº 9.158/2017 e na Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL, avaliou e concluiu que está facultada à Companhia a prorrogação, por uma única vez, do prazo de sua autorização por período adicional de 30 (trinta) anos. Com base na legislação mencionada acima, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das taxas de depreciação em uso pela Companhia. 2.9. Capitalização de juros - Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que necessariamente requer um período substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem os juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. 2.10. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição, no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução ao valor recuperável, quando incorridos. 2.11.N BC TG 06 (R3) - Arrendamentos - As controladas da Companhia possuem contrato de arrendamento de terrenos onde foram instalados os aerogeradores, subestações, "bay" de conexão e demais equipamentos que compreendem os parques eólicos das controladas. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso dos terrenos rurais e dos passivos de arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis. 2.12. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.13. Provisões - Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e Interpretações ainda não emitidas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes: Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Assinado de forma digital por JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Dados: 2026.04.17 21:51:07 -03'00'

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 17/04/2025 conforme **MP nº 2.200-2**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18 / CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo de caixa	5	5	53	62
Contas bancárias	33	9	8.893	21.648
Aplicações financeiras	-	700	303.647	249.364
	38	714	312.593	271.074

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas com remunerações que variam entre 90% e 101% (2024: 90% e 101%) da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADO) - Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em fundos de investimentos e operações compromissadas com remunerações entre 90% e 101% da taxa de CDI. Essas aplicações foram cedidas em garantia de empréstimos com o BNDES e com o BNB, realizados pelas controladas Unaí Baixo Energética S.A., Cantú Energética S.A., Brennand Energia Manopla S.A., Baraúnas I Energética S.A., Baraúnas II Energética S.A., Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A., Mussambê Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A., Banda de Couro Energética S.A., Baraúnas IV Energética S.A. e Baraúnas XX Energética S.A., conforme divulgado na Nota 12. **5. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO) -** Referem-se a contas a receber de clientes decorrentes da venda de energia elétrica e venda de projetos. Essas contas a receber, no montante de R$ 93.583 (2024: 55.543) no ativo circulante, são compostas substancialmente, por valores recebíveis no prazo médio de 30 dias para venda de energia elétrica e R$ 48.526 relativo à venda de projetos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração da Companhia e suas controladas concluiu não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa. **6. DIVIDENDOS A RECEBER (CONTROLADORA) -** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta saldo de dividendos a receber, correspondentes ao saldo residual de dividendos distribuídos pelas controladas em períodos anteriores e ao valor a receber dos dividendos obrigatórios distribuídos ao término do exercício social corrente, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	102.669	86.217
Aumento de capital	-	(38.391)
Dividendos recebidos no período	(361.725)	(187.326)
Dividendos devolvidos períodos anteriores	(2.493)	-
Dividendos distribuídos pelas controladas no período (Nota 9)	315.411	242.169
Saldo final	53.862	102.669

7. PARTES RELACIONADAS - As Demonstrações Contábeis incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, relacionadas na Nota 2.1. O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos nessas datas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Circulante:				
Outros créditos				
Ibirama Energética S.A.	87	85	-	-
	87	85	-	-
Dividendos a receber:				
Indiavaí Energética S.A.	3.657	12.631	-	-
Ombreiras Energética S.A.	7.490	15.682	-	-
Ouro Energética S.A.	1.604	6.597	-	-
Planalto Energética S.A.	-	20.728	-	-
Santa Gabriela Energética S.A.	3.656	9.419	-	-
Ibirama Holding S.A.	7.898	8.687	-	-
Pedra Branca S.A.	-	2.104	-	-
São Pedro do Lago S.A.	-	2.630	-	-
Sete Gameleiras S.A.	-	1.729	-	-
Brennand Energia Eólica S.A.	21.234	7.306	-	-
Baraúnas XX Energética S.A.	-	1.418	-	-
Baraúnas IV Energética S.A.	-	1.789	-	-
Baraúnas II Energética S.A.	1.702	1.065	-	-
Mussambê Energética S.A.	1.764	556	-	-
Baraúnas I Energética S.A.	1.693	700	-	-
Cantú Energética S.A.	2.952	4.506	-	-
Brennand Energia Comercializadora S.A.	84	-	-	-
Unaí Baixo Energética S.A.	128	5.122	-	-
	53.862	102.669	-	-
Não circulante:				
Empréstimos de mútuo				
Vale do Vinho Energia Ltda.	-	-	527	495
	-	-	527	495
AFAC - Adiantamentos para futuros aumentos de capital:				
São João da Barra Energética S.A.	10	80	-	-
São Joaquim Holding S.A.	160	162	-	-
Santana Holding S.A.	159	112	-	-
Brennand Energia Eólica S.A.	8.385	10.547	-	-
Nova Santana Energética S.A.	-	-	5	5
	8.714	10.901	5	5
	62.663	113.655	532	500
Passivo				
Circulante:				
Dividendos a pagar				
AB BE Participações S.A.	2.262	10.279	2.262	10.279
ALB BE Participações S.A.	2.262	10.279	2.262	10.279
JARI BE Participações S.A.	18.096	82.235	18.096	82.235
Outros	-	-	9.619	9.849
	22.620	102.793	32.239	112.642
Outras contas a pagar:				
Itamarati S.A.	-	-	-	621
Serra do Fogo Energética S.A.	-	-	657	-
	-	-	657	621
Parte relacionada:				
Ações outras contas a pagar	-	-	3.127	-
	-	-	3.127	-
Não circulante:				
Mútuo				
Brennand Energia Comercializadora S.A.	12.995	13.040	-	-
Brennand Energia Eólica S.A.	14.709	-	-	-
Débitos com acionistas (PF's)	27.764	27.764	27.764	27.764
CESBE	-	-	113	113
Ações outras contas a pagar	-	-	-	3.128
	55.468	40.804	27.877	31.005
	78.088	143.597	63.900	144.268
Resultado:				
Custo de venda de energia	-	-	(7.737)	(7.082)
Juros sobre mútuos	-	-	34	26
Despesas administrativas	-	-	(746)	-
	-	-	8.449	(7.056)

As contas a pagar a partes relacionadas (classificadas como fornecedores e outras contas a pagar) decorrem de operações de compra e venda de energia, realizadas entre as empresas do Grupo Brennand Investimentos e Brennand Energia, do qual faz parte a Companhia e suas controladas. Sobre as operações de mútuo, há incidência e recolhimento de IOF em conformidade com a legislação fiscal vigente.No período de 2025, as despesas consolidadas com honorários da Administração totalizaram R$ 15.486 (2024: R$ 14.740).

8. DIREITO DE USO (CONSOLIDADO) - Os contratos elegíveis pelas controladas da Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) referem-se aos arrendamentos de terrenos rurais onde estão instalados os aerogeradores, subestações, "bay" de conexão e demais equipamentos instalados nos parques eólicos das controladas da Companhia. Para esses contratos de arrendamento, as controladas da Companhia reconheceram o ativo de direito de uso e os respectivos passivos de arrendamento, conforme segue:

	Taxa média anual amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso de terrenos	3.5%	29.437	-	29.437
(-) Amortização		(3.998)	(1.015)	(5.013)
		25.439	(1.015)	24.424

9. NVESTIMENTOS - a) Composição dos investimentos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em controladas		1.263.155	1.179.822	-	-
Mais valia na aquisição de investimentos	(i)	182.793	283.022	-	139.192
		1.445.948	1.462.844	-	139.192
Investimentos em controladas em conjunto					
Nova Santana S.A.		-	-	2.309	2.306
		1.445.948	1.462.844	2.309	141.498

b)Mutação dos investimentos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		1.462.844	1.407.762	-	139.192
Aumento dos investimentos	(ii)	10.901	52.658	-	-
Aumento de investimentos		2.493	-		
Dividendos recebidos /a receber (Nota 6)		(312.917)	(242.169)	-	-
Saldo investimento Nova Santana S.A.		-	-	2.309	2.306
Subtotal		1.163.321	1.218.251	2.309	141.498
Resultado de equivalência patrimonial		382.857	253.540	-	-
Ajuste referente a tributo diferido passivo reconhecido indevidamente		(66.393)	-	-	-
Amortizações		(33.837)	(8.947)	-	-
		282.627	244.593	-	-
Total		1.445.948	1.462.844	2.309	141.498

(i) A Companhia, celebrou, em 14 de novembro de 2018, contratos de compra e venda de ações com as Centrais - létricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF , por meio dos quais adquiriu a participação dessas companhias no capital social das investidas Pedra Branca S.A, Sete Gameleiras S.A., São Pedro do Lago S.A., Morro Branco I Energética S.A., Mussambê Energética S.A., Baraúnas I Energética S.A.,Baraúnas II Energética S.A. e Banda de Couro Energética S.A., passando a deter, após a data de fechamento da operação (em 28 de março de 2019), 99,90% das ações de emissão das referidas SPEs. Como consequência da aquisição do controle integral dessas controladas, a Companhia pagou ágio, no montante de R$ 128.880, líquidos de impostos diferidos, totalmente alocados como mais valia do ativo imobilizado e intangível. Adicionalmente, a Companhia reconheceu, a valor justo, sua participação pré-existente de acordo com NBC TG 15 (R4) - Combinação de Negócios. Para fins da apresentação das Demonstrações Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mais valia de ativos reconhecida na aquisição do controle integral dessas controladas oriunda da remensuração, a valor justo, das participações pré-existentes, no montante de R$ 139.192, foi alocada ao grupo do imobilizado e do intangível das referidas controladas. (ii) Refere-se a integralização de capital nas controladas da Companhia, mediante conversão de créditos de AFAC, no montante de R$ 10.901 (R$ 14.267 em 2024) e do aumento dos investimentos mediante o saldo de dividendos a receber no montante de R$ 2.493 (R$ 38.391 em 2024).

c) Informação sobre controladas

	Indiavaí	Ombreiras	Ouro	Planalto	Santa Gabriela	Cantú Energética	São Joaquim Holding	São João da Barra	Unaí Baixo	Brennand Energia Eólica	Brennand Energia Manopla	Baraúnas IV	Baraúnas XX
31 de dezembro de 2025													
Ativos	45.303	49.621	41.442	55.956	87.186	143.244	15.160	8.530	109.902	253.147	42.869	186.246	132.285
Passivos	5.021	8.482	2.022	718	4.342	36.840	14	-	26.603	48.098	13.318	86.888	65.431
Capital social	18.791	22.657	31.248	39.042	58.675	90.467	20.271	7.480	77.771	128.334	44.070	96.449	63.801
Patrimônio líquido	40.282	41.139	39.420	55.238	82.844	106.404	14.826	8.520	83.299	196.664	29.551	99.358	66.854
Adiantamentos para futuros aumentos de Capital	-	-	-	-	-	-	160	10	-	8.385	-	-	-
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	-	160	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	54.272	27.071	6.754	14.164	25.971	12.427	(41)	(6)	8.869	89.408	(1.333)	9.756	8.579
Quantidade de ações possuídas	18.780.701	20.930.208	13.135.640	2.751.862	4.377.558	4.676.000	10	10.000	1.000	2.572	300	1.000	1.000
% de Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Resultado da equivalência patrimonial	54.272	27.071	6.754	14.164	25.971	12.427	(41)	(6)	8.869	89.408	(1.333)	9.756	8.579
Saldo do investimento	40.282	41.139	39.420	55.238	82.844	106.404	14.826	8.520	83.299	196.664	29.551	99.358	66.854
31 de dezembro de 2024													
Resultado da equivalência patrimonial	56.138	21.290	8.215	23.428	15.897	4.975	(73)	(8)	9.844	(183)	(1.170)	7.534	5.969
Saldo do investimento	44.133	43.156	40.123	49.549	82.333	94.435	14.705	8.446	85.446	117.943	30.884	102.742	68.677

	Ibirama Holding	Santana Holding	Alto Jauru	BE COM	São Pedro do Lago	Pedra Branca	Sete Gameleiras	Baraúnas I	Baraúnas II	Morro Branco I	Mussambê	Banda de Couro	Baraúnas V	Baraúnas XII	Total
31 de dezembro de 2025															
Ativos	82.339	5.787	41.193	16.597	85.835	65.515	71.827	99.195	81.939	103.348	101.572	117.464	1.468	1.716	2.046.686
Passivos	17.479	131	7.751	256	33.776	30.694	31.412	61.698	51.052	73.392	60.840	84.953	-	-	751.211
Capital social	23.558	6.134	11.458	16.073	46.395	28.057	36.159	31.820	25.089	38.294	34.865	47.325	1.514	1.763	1.047.560
Patrimônio líquido	41.463	5.635	33.349	16.341	52.059	34.821	40.415	37.497	30.887	29.956	40.732	32.511	1.468	1.716	1.263.249
Adiantamentos para futuros aumentos de Capital	-	159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.714
Participações de não controladores	23.397	(138)	93	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	23.512
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.592	14	41.112	1.010	13.043	11.304	9.885	7.128	7.164	6.258	7.426	5.155	(5)	(5)	382.972
Quantidade de ações possuídas	10.000	2.455	33.137.261	1.000	15.233.663	14.616.380	22.343.015	1.000	33.670	1.000	1.000	29.130	1.000	1.000	-
% de Participação	100%	100%	99,72%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Resultado da equivalência patrimonial	17.592	14	40.997	1.010	13.043	11.304	9.885	7.128	7.164	6.258	7.426	5.155	(5)	(5)	382.857
Total do investimento	41.463	5.635	33.255	16.341	52.059	34.821	40.415	37.497	30.887	29.956	40.732	32.511	1.468	1.716	1.263.155
31 de dezembro de 2024															
Resultado da equivalência patrimonial	16.615	6	45.498	(219)	11.073	8.861	7.280	2.948	4.485	1.492	2.342	1.321	(9)	(9)	253.540
Total do investimento	40.731	5.508	42.903	15.416	57.013	38.116	43.749	34.162	28.620	23.698	36.738	27.356	1.473	1.722	1.179.822

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

		Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações (c) (d)	Saldos em 31/12/2025
Custo						
Valor pago a maior na aquisição de investimentos		3.585	-	-	-	3.585
Direitos de concessão/autorização	(a)	154.714	-	-	41.603	196.317
Direitos de posse		1.006	88	-	-	1.093
Estudos e projetos	(b)	143.042	15.363	(2.280)	(19.881)	136.244
Outros intangíveis		53	-	-	-	53
		302.400	15.451	(2.280)	21.722	337.293
Amortização acumulada		(55.415)	(2.037)	-	(18.914)	(76.366)
Perda por não recuperabilidade		(2.146)	(153)	-	-	(2.299)
		244.839	13.261	(2.280)	2.808	258.628

(a) Os valores pagos a maior referem-se à aquisição dos direitos de concessão detidos por controladas, os quais estão sendo amortizados de acordo com os prazos das concessões e autorizações, cuja média é de 30 anos, conferidas pelo poder concedente, conforme demonstrado na Nota 1.2. (b) Correspondem, na sua maioria, aos gastos com o desenvolvimento de projetos relativos à construção de futuras PCHs e centrais eólicas geradoras de energia elétrica. Compreende também o valor pago a maior pela controlada Ibirama Holding S.A. na aquisição da sua controlada Ibirama Energética S.A. decorrente do direito de concessão detido por esta controlada. (c) Parte dos saldos reclassificados são referentes aos recursos aplicados no desenvolvimento de projetos de energia, transferidos para a conta de estoque (ativo) e subsequentemente reconhecidos no resultado (custo da venda), quando da respectiva venda. (d) Parte dos saldos reclassificados se referem a alocação, para fins de apresentação das Demonstrações consolidadas, da mais valia de intangível de controladas, reconhecida pela Companhia, quando da aquisição do controle integral, oriunda das participações pré-existentes (vide nota 9).

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Descrição	Taxas médias anuais de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências (a)	Reclassificação (b)	Devoluções	Saldos em 31/12/2025
Custo contábil								
Terrenos	-	50.284	316	(253)	15	-	(21)	50.341
Reservatórios, barragens e adutoras	0.02	51.159	-	-	-	-	-	51.159
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 3,33%	792.827	19	-	-	(50)	-	792.796
Móveis e Utensílios	3,33 % a 6,25%	1.495	4	-	-	-	-	1.499
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	204	-	-	-	-	-	204
Computadores e periféricos	0.1667	3.198	93	-	8	-	-	3.299
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.513.197	738	(1.815)	15	30.926	-	1.543.061
Ferramentas	0.1	342	9	-	-	-	-	351
Software	0.2	516	-	-	-	-	-	516
Veículos	0.1429	2.857	488	(201)	216	-	-	3.360
Instalações telefônicas	-	160	-	-	-	-	-	160
Embarcações	20%	36	-	-	-	-	-	36
Linha de Transmissão	0.025	35.158	25	-	64	-	-	35.247
Outros	2 a 10%	15	-	-	-	-	-	15
Imobilizado em andamento	-	1.929	5.294	-	526	128	-	7.877
Construções de usinas/parques	-	3.201	-	(43)		-	-	3.158
Adiantamentos a Fornecedores		1.699	1.338	-	(687)	(954)		1.396
Bens em poder de terceiros	-	283	-	-	(157)	-	-	126
Total do custo		2.458.560	8.324	(2.312)	-	30.050	(21)	2.494.601
Total da depreciação acumulada		(980.381)	(86.483)	950	-	(14.821)	-	(1.080.735)
Total líquido		1.478.179	(78.159)	(1.362)	-	15.229	(21)	1.413.866

(a) Os saldos transferidos são referentes aos recursos aplicados no desenvolvimento de projetos de energia, transferidos do ativo intangível. (b) Os saldos reclassificados se referem a alocação, para fins de apresentação das Demonstrações consolidadas, da mais valia de imobilizado das controladas, reconhecida pela Companhia, quando da aquisição do controle integral, oriunda das participações pré-existentes (vide nota 9).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Descrição	Descrição Encargos incidentes	Saldos em 31/12/2024	Juros e encargos	Pagamento de principal e juros	Saldos em 31/12/2025
Financiamento de longo prazo (a)	TJLP + 1,88% a.a. a 2,71% a.a.	348.427	28.911	(135.103)	242.235
Financiamento de longo prazo (b)	CDI + 2,13% a.a.	3.054	163	(3.217)	-
Financiamento de curto prazo (c)	IPCA + 1,36% a.a.	146.214	8.008	(17.832)	136.390
		497.695	37.082	(156.152)	378.625
Circulante		65.235	-	-	47.366
Não circulante		432.460	-	-	331.259

(a) Esses contratos se referem aos recursos obtidos e destinados à construção das PCHs Unaí Baixo Energética, Cantú Energética, Brennand Energia Manopla e as SPE's São Pedro do Lago, Sete Gameleiras, Pedra Branca, Baraúnas I, Morro Branco I, Mussambê, Banda de Couro e Baraúnas II e estão garantidos por: (i) fiança solidária pelos prestadores de garantia; (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da beneficiária; (iii) cessão fiduciária dos direitos derivados da autorização da ANEEL e dos direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica CCVEs e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado CCEARs; e (iv) aplicações financeiras, classificadas no ativo não circulante. (b) Esses contratos se referem aos recursos obtidos e destinados à construção das PCHs Ouro, Planalto, Ibirama Energética, Santa Gabriela. Este financiamento tem prazo de amortização em 42 parcelas mensais, iniciadas no ano de 2020 e previsão de término em 2024, com exceção da PCH Ibirama, cujo prazo é de 59 meses, onde a exigibilidade das parcelas se iniciou em 2020 e tem o seu término previsto para 2025. Está garantido pelo aval da controladora. (c) Esse financiamento refere-se a recursos obtidos e destinados a construção dos parques eólicos Baraúnas IV e Baraúnas XX. Tem prazo de amortização em 204 parcelas mensais, com início no ano de 2023 e previsão de término em 2040, e está garantido por carta de fiança emitida pelo Banco Bradesco, além das aplicações financeiras, classificadas no ativo não circulante. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos foram classificados como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Algumas controladas da Companhia possuem contratos que requerem a manutenção de índices econômico-

JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Assinado de forma digital por JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154 Dados: 2026.04.17 21:51:49 -03'00'

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 17/04/2025 conforme **MP nº 2.200-2**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

financeiros "covenants" em determinados níveis. Em 31 de dezembro de 2025, os referidos índices foram cumpridos. As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
2026	-	62.253
2027	47.314	62.995
2028	48.349	63.805
2029	45.958	55.209
2030	39.424	48.674
Após 2030	150.214	139.524
	331.259	432.460

13. DEBÊNTURES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Descrição	Encargos incidentes	Saldos em 31/12/2024	Juros e encargos	Amortização	Custos de Transação	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional						
1ª emissão de debêntures (a)	CDI + 1,6% a.a.	40.208	4.305	(44.513)	-	-
(-) Custos de transação		(510)	-	-	510	-
		39.698	4.305	(44.513)	-	-
Circulante		39.698				-
Não circulante		-				-

(a) Em dezembro de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. As debêntures têm prazo final de vencimento em 7 anos, contados a partir da data de emissão, e estão sendo amortizadas em 13 parcelas semestrais consecutivas, tendo o primeiro vencimento ocorrido em 14 de dezembro de 2019. Estão garantidas por: (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão das controladas Indiavaí Energética S.A e Ombreiras Energética S.A.; (ii) cessão fiduciárias das contas vinculadas de titularidade das controladas Indiavaí Energética S.A. e Ombreiras Energética S.A., nas quais circularão os fluxos dos recursos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO) - Os contratos vigentes têm prazos que variam entre 35 e 40 anos e se referem ao arrendamento de terras rurais onde estão instalados os parques eólicos das controladas da Companhia, os quais foram iniciados em 19 de agosto de 2008, podendo ser renovados automaticamente, conforme expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais equivalentes a percentuais que variam entre 0,5% e 2,0% da receita líquida das controladas da Companhia. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pelas controladas da Companhia. Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia e de suas controladas, como arrendamentos essencialmente se eles transmitem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período, em troca de contraprestações. O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes às do custo de captação de empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras, para construção de parques eólicos. O vencimento dos pagamentos mínimos dos arrendamentos está descrito a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Até um ano	426	394
	426	394
Não circulante		
2026	-	426
2027	461	461
2028	499	499
2029	539	539
2030	584	584
Após 2030	25.763	25.763
	27.846	28.272
Total	28.272	28.666

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	2025	2024
Saldo inicial	28.666	31.771
Remensuração de arrendamentos	-	(3.292)
Complemento de juros	319	-
Juros	2.212	2.857
Pagamentos	(2.925)	(2.670)
Saldo final	28.272	28.666

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões contratuais (a)	128.949	123.320
Outras contas a pagar	1.395	1.784
	130.344	125.104
Circulante	110.137	105.523
Não circulante	20.207	19.581

(a) Algumas controladas da Companhia possuem contratos de longo prazo para a venda de energia, os quais são regulados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e preveem que as variações observadas na energia gerada serão recebidas ou pagas pela Companhia ao final de cada ciclo quadrienal. Em 31 de dezembro de 2025, essas controladas da Companhia reconheceram obrigação decorrente da quantidade de energia gerada a menor no período compreendido entre a data de início do suprimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 128.949, dos quais R$ 109.158, estão classificados em outras contas a pagar, no passivo circulante, e R$ 19.791, no passivo não circulante R$ 123.320, em 31 de dezembro de 2024, dos quais R$ 104.256 estão classificados em outras contas a pagar, no passivo circulante, e R$ 19.064 no passivo não circulante).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) - a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 575.279 representado por 24.010 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade ações	Participação (%)
JARI BE Participações S.A.	19.208	80%
AB BE Participações S.A.	2.401	10%
ALB BE Participações S.A.	2.401	10%
	24.010	100%

b) Reservas e retenção de lucros - i) Reserva legal - A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação societária vigente, limitada a 20% do capital social. ii) Dividendos adicionais propostos - A Administração submeteu à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) dos Acionistas, realizada em 10 de maio de 2024 proposta para pagamento de dividendos adicionais, no montante de R$ 90.067 referentes à parcela remanescente do lucro líquido do período findo em 31de dezembro de 2023. Os acionistas aprovaram, na referida AGO, a destinação desse valor para retenção orçamentária de lucro, do montante de R$ 90.067. A Administração submeteu à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) dos Acionistas, realizada em 12 de maio de 2025 proposta para pagamento de dividendos adicionais, no montante de R$ 45.000 referentes à parcela remanescente do lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024. iii) Retenção orçamentária - Conforme Art. 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. A retenção de lucros com base no orçamento de capital não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76. Em 10 de maio de 2024, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), realizada conjuntamente, a constituição de reserva de retenção orçamentária, no valor de R$ 90.067, mediante transferência dos valores referentes aos dividendos adicionais propostos relativos ao exercício social de 2023. Em 12 de maio de 2025, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), realizada conjuntamente, a constituição de reserva de retenção orçamentária no valor de R$ 47.514. c) Destinação dos lucros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou, conforme previsão em Estatuto Social e em conformidade com o Acordo de Acionistas firmado em 2006, dividendos mínimos obrigatórios que assegurem uma distribuição anual mínima na ordem de 50% do seu lucro líquido do período encerrado. Amparada nas determinações previstas no Acordo de Acionistas aditado, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos mínimos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	318.419	205.586
Reserva legal - 5%	(15.921)	(10.279)
Base de cálculo para distribuição	318.419	205.586
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	159.209	102.793

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar é a seguinte:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	102.793	100.073	112.642	109.529
Dividendos pagos	(288.951)	(100.073)	(300.631)	(110.474)
Dividendos adicional proposto	45.000	-	53.446	-
Dividendos Mínimos obrigatórios	18.051	57.793	20.995	68.540
Dividendos intercalares	141.158	45.000	141.219	45.047
Saldo final	18.051	102.793	27.671	112.642

17. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta:		
Receita com venda de energia	592.385	570.224
Receita com venda de projetos	128.472	-
Receita com crédito de carbono	-	7.017
	720.857	577.241
Impostos e deduções sobre a receita bruta		
Receita operacional líquida	(27.472)	(21.637)
	693.385	555.604

18.CONCILIAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Por função:				
Custos da venda de energia e projetos	-	-	(237.762)	(233.039)
Gerais e administrativas	(34.696)	(34.880)	(77.565)	(56.779)
Outras receitas operacionais, líquidas	(46)	(11)	(2.228)	4.384
	(34.742)	(34.891)	(317.555)	(285.434)
Por natureza:				
Pessoal	(27.810)	(27.062)	(48.232)	(42.615)
Depreciação e amortização	(164)	(161)	(121.821)	(109.378)
Materiais	(79)	(75)	(2.783)	(3.081)
Serviços de terceiros	(3.718)	(4.957)	(51.479)	(55.759)
Mercadoria para revenda	-	-	(7.538)	(9.722)
Encargos de conexão/uso do sistema	-	-	(26.738)	(25.910)
Liquidação financeira – CCEE	-	-	(11.459)	(22.396)
Custo com prêmio de risco hidrológico	-	-	(3.956)	(3.782)
Amortização - direito de uso	-	-	(1.015)	(1.015)
Outras despesas	(2.971)	(2.636)	(42.534)	(11.776)
	(34.742)	(34.891)	(317.555)	(285.434)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Variação cambial e monetária	45	91	3.037	476
Rendimento de aplicações financeiras	2.624	220	47.382	34.114
Juros ativos	-	-	807	-
Descontos obtidos	-	-	6	-
Outras	-	-	-	923
	2.669	311	51.232	35.513
Despesas financeiras:				
Variação cambial e monetária	-	-	(5.218)	(4.706)
Comissões e despesas bancárias	(1)	(3)	(1.538)	(2.376)
Juros passivos	-	-	(7)	-
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	-	-	(3.156)	(2.798)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	-	-	(2.531)	(2.857)
Custo de transação – debêntures	(611)	(660)	(611)	(660)
Juros sobre debêntures	(4.306)	(8.381)	(4.306)	(8.381)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(37.082)	(41.828)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(48)
	(4.918)	(9.044)	(54.449)	(63.654)
Resultado financeiro	(2.249)	(8.733)	(3.217)	(28.141)

20.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado 2025	2024
Lucro presumido (b)		
Imposto de renda	(33.890)	(20.214)
Contribuição social	(14.527)	(9.570)
	(48.417)	(29.784)
Lucro real (a)		
Imposto de renda	(202)	-
Contribuição social	(82)	-
	(284)	-
	(48.701)	(29.784)

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes substancialmente da operação de combinação negócios, realizada para aquisição do controle integral de algumas investidas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024
Ágio pago na aquisição de investimentos	-	48.904
Ganho por avaliação a valor justo das participações preexistentes	23.445	47.324
	23.445	96.228

(a) A Companhia e sua controlada Brennand Energia Comercializadora S.A., estão enquadradas no Lucro Real. Todas as demais controladas, adotam o Lucro Presumido. (b) A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social é impactada em decorrência da base de tributação, Lucro Presumido e Lucro Real, utilizada pela Companhia e suas controladas. As despesas com imposto de renda e com a contribuição social para as controladas que adotam o Lucro Presumido, representando parte substancial dessas despesas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na Demonstração do Resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota efetiva:

	Consolidado 31/12/2025 IRPJ	CSLL	31/12/2024 IRPJ	CSLL
Receita bruta de venda de energia	588.098	588.098	577.241	577.241
Percentual de presunção do lucro - venda de energia	8%	12%	8%	12%
Receita bruta de prestação de serviços e venda de projetos	128.472	128.472	-	-
Percentual de presunção do lucro - prestação de serviços	32%	32%	32%	32%
	88.159	111.683	46.179	69.269
Receita financeira	50.518	50.518	35.513	35.513
Outras receitas (despesas) operacionais	(396)	(396)	4.384	4.384
	138.281	161.805	86.076	109.166
Parcela de dedução	(240)	-	(240)	-
Base de cálculo Lucro Presumido	138.041	161.805	85.836	109.166
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(33.890)	(14.527)	(20.214)	(9.570)
Alíquota efetiva	25%	9%	24%	9%

Em 2025, a Companhia ajustou os saldos da provisão de imposto de renda contribuição social diferidos pelos seguintes motivos: (i) as controladas adquiridas na operação de combinação de negócios, que tiveram o seus ativos avaliados a valor justo, são tributadas pelo lucro presumido e de acordo com a NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia está desobrigada ao reconhecimento dessa despesa/provisão; e (ii) a Companhia recalculou o valor da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre o ganho com a remensuração de participações pré-existentes e considerou a compensação de prejuízo fiscal (limitada a 30%), reduzindo assim o valor da provisão originalmente reconhecida. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos está apresentada da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Realização de tributos diferidos sobre mais valia de ativo imobilizado	-	1.421	-	1.421
Realização de tributos diferidos sobre mais valia de ativo intangível	-	1.621	-	1.621
Tributos diferidos sobre provisão contratual	-	-	50	43
	-	3.042	50	3.085

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos judiciais, de natureza tributária, com expectativa de perda possível, no montante de R$ 20.604. Além disso, os assessores jurídicos da companhia classificaram como risco possível ações civis públicas relacionadas a questões ambientais, cuja mensuração do passivo contingente foi considerada impraticável em função das características, do estágio processual e da inexistência de condenação direta ao pagamento de valores ou não identificação de dano específico ou quantificável que seja possível estimar um valor de perda. **22. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO) -** Para as controladas da Companhia que tem suas gerações a partir de fonte hídrica, os compromissos assumidos podem ser assim identificados: (i) Para as controladas inscritas no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), há a previsão de que a comercialização de energia nos exercícios futuros guardará equivalência com seu histórico de geração e em linha com sua garantia física; (ii) Para as controladas não inscritas no MRE, a comercialização da sua energia para os próximos anos foi projetada tomando como base a geração média de energia produzida em anos anteriores. Nesse contexto, as previsões para os compromissos assumidos, em conjunto, pelas controladas da Companhia, com geração de energia a partir de fonte hídrica, são:

Ano	Quantidade de MWh
2026	1.283.953
2027	1.283.953
2028	1.287.471
2029	1.283.953
2030	1.283.953
2031 até o final da autorização/concessão de cada uma das controladas	10.784.974
	17.208.257

Para as controladas da Companhia que tem suas gerações a partir de fonte eólica, os compromissos assumidos foram definidos com base nos contratos de venda de energia de longo prazo celebrados a partir dos Leilões de Energia de Fontes Alternativas (LFA); Leilões de Energia de Reserva (LER);e Leilões de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (LEN), realizados pela ANEEL nos anos de 2010 e 2013, nos quais as controladas foram declaradas vencedoras e cujos compromissos de fornecimento de energia se estendem até os anos de 2032, 2035 e 2037, respectivamente. Todos os contratos firmados pelas controladas da Companhia, para o fornecimento de energia de fonte eólica, são acompanhados e regulados pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). Nesse contexto, as previsões para os compromissos assumidos, em conjunto, pelas controladas da Companhia, com geração de energia a partir de fonte eólica, são:

Ano	Quantidade de MWh
2026	1.201.872
2027	1.201.872
2028	1.205.165
2029	1.201.872
2030	1.201.872
2031 até o final da autorização/concessão de cada uma das controladas	22.820.551
	28.833.204

Para os compromissos relacionados ao fornecimento de energia de fonte eólica, que preveem o tratamento a ser dispensado às variações verificadas na quantidade de energia gerada, ao final de cada ciclo quadrienal, classificada em outras contas a pagar, vide Nota 15.Além dos compromissos assumidos por força dos contratos de fornecimento de energia, as controladas Baraúnas I Energética S.A., Mussambê Energética S.A. e Morro Branco I Energética S.A. possuem compromissos de curto e longo prazos com a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, estabelecidos a partir da sua contratação em 28 de janeiro de 2014, para o fornecimento de 14 aerogeradores ENERCON E-92/2.300 Kw. Adicionalmente, as controladas Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A. possuem também compromissos de curto e longo prazos com a mesma empresa, estabelecidos a partir da sua contratação em 03/10/2014 para o fornecimento de 14 e 11 aerogeradores ENERCON E-92/2.300 Kw, respectivamente. Os prazos dos pagamentos, foram definidos de acordo com os marcos pré-estabelecidos, que se iniciaram com o pagamento de "downpayment" em até 15 dias da data da assinatura do contrato até a data da aceitação formal, pelas controladas da Companhia, dos aerogeradores montados e aptos a entrarem em operação. As controladas acima citadas também mantêm compromisso de longo prazo, firmado em 30 de novembro de 2014, por meio do contrato de manutenção de aerogeradores com o fornecedor retromencionado, que prestará os serviços de manutenção dos aerogeradores adquiridos durante todo o período de operação, que compreende 15 anos. Os pagamentos estão sendo efetuados, pelas controladas da Companhia, em 12 parcelas iguais e mensais, reajustáveis anualmente, sendo a primeira parcela devida ao final do primeiro mês de cada ano operacional. Para os compromissos relacionados com arrendamentos de terrenos, vide Nota 14. **23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO (CONSOLIDADO) -** a) Instrumentos financeiros - Os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento, empréstimos e financiamentos, debêntures e partes relacionadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas da Companhia possuem contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia e de suas controladas não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo. Risco de mercado - O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Considerando que a Companhia e suas controladas estão inseridas na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se eventualmente por meio da regulamentação da política de preços por parte dos órgãos reguladores. Essa possibilidade é considerada remota na opinião da Administração. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, considerando o índice de taxas de juros fixas em relação ao das taxas de juros variáveis da dívida. A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: A sensibilidade do respectivo item da Demonstração do Resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Risco de taxas de juros - Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas, ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia e de suas controladas sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxas de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer swap contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Sensibilidade a taxas de juros - A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas

JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Assinado de forma digital por JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Dados: 2026.04.17 21:52:57 -03'00'

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 17/04/2025 conforme **MP nº 2.200-2**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e de suas controladas antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

		Efeito no lucro antes da tributação - R$	
	Aumento/redução em %	31/12/2025	31/12/2024
Reais	20	(7.416)	(8.366)
Reais	-20	7.416	8.366

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado. Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas da Companhia estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. Contas a receber - O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidos pelas controladas da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos e a qualidade do crédito é avaliada para todos os clientes das controladas com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes são acompanhados com frequência e os contratos de venda costumam ter garantias firmadas ou outras formas de seguro de crédito. A necessidade do reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Risco de liquidez - A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a utilização de recursos oriundos apenas do seu fluxo de caixa operacional e/ou oriundos de partes relacionadas, deixando para recorrer a empréstimos bancários de longo prazo apenas quando os seus fluxos de caixa operacionais e/ou recursos oriundos intragrupo forem insuficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa e financiamento. **24. COBERTURA DE SEGUROS -** A Companhia mantém cobertura de seguros para risco operacional, com importâncias seguradas (LMGA - limite máximo de garantia da apólice) de R$ 171.009 e R$ 664.013, para todas as empresas/usinas hídricas e eólicas do Grupo Brennand Energia, respectivamente.Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura de seguros para responsabilidade civil com importâncias seguradas (LMGA - limite máximo de garantia da apólice) de R$ 50.000 e R$ 35.000 para todas as empresas/usinas hídricas e eólicas dos Grupos Brennand Energia e Brennand Investimentos, abrangendo na condição de cosseguradas, todas as suas subsidiárias que estão em operação comercial. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração, amparada na opinião de assessores especialistas em seguros da Companhia, para cobrir eventuais perdas. **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.** Aos Administradores e Acionistas da Brennand Energia S.A. Recife - PE. Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brennand Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brennand Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Auditoria do exercício anterior - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 27 de março de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. •Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Recife, 15 de abril de 2025. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE. Matheus Mezer Maia - Contador CRC nº 1 CE 027557/O-4. **Amilton Queiroz da Silva** – Contador - CRC PE - 013330/O-3. **Diretores:** Ricardo Jerônimo Pereira Rêgo Júnior e Adriano Bezerra Magalhães.

JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154

Assinado de forma digital por JDM JORNAL DIARIO DA MANHA EDICAO E IMPRESSAO DE:00797228000154
Dados: 2026.04.17 21:54:27 -03'00'

Documento assinado e certificado digitalmente no dia 17/04/2025 conforme **MP nº 2.200-2**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado